

FOME EM FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

Joise Maria Rêgo Santos¹

RESUMO: *Este artigo trata da apropriação e do consumo de alimentos em famílias chefiadas por mulheres, analisando de forma comparativa as relações de gênero e o estado nutricional dessas famílias, diferenciando dois tipos de chefias femininas - as matriarcais, com velhas idosas como chefes em lares extensos, e as de mães solteiras jovens. Mostra, através de dados demográficos e bibliográficos, a predominância de famílias com chefias femininas entre a população de baixa renda e negra. O Norte e o Nordeste açucareiro são considerados regiões endêmicas da fome. O último censo realizado pelo IBGE registrou que no Nordeste os domicílios chefiados por mulheres correspondem a 25,9%; nessa região a renda média das mulheres é a menor do País. Portanto, o objetivo específico dessa investigação será conhecer as estratégias de sobrevivência dessas mulheres, chefes de domicílio, além de mapear alternativas para a melhoria da saúde dos membros desse grupo. Nossa hipótese é de que as famílias chefiadas por mulheres estão mais sujeitas à situação de pobreza, desnutrição e fome. Para as análises de campo, empregaremos o método comparativo. Analisaremos o estado nutricional através de avaliação antropométrica, tomando como base relações entre peso, altura e idade de crianças dos domicílios, além da análise qualitativa através da observação de campo, especificamente da aquisição, distribuição e consumo de alimentos dentro das famílias, entre os membros do domicílio.*

Palavras-chave: Família; Fome; Chefia feminina.

INTRODUÇÃO

O tema fome esteve por muito tempo ausente dos discursos oficiais e acadêmicos, porque ele se constituía como um tabu, um tema proibido arraigado a preconceitos de ordem moral e política. Para uma cultura racionalista, afirmar que populações passam fome seria evidenciar que apesar de todos os ganhos materiais científicos e tecnológicos conquistados pela humanidade, ainda existe um batalhão de seres humanos sem condições de suprir a necessidade orgânica mais primitiva do animal: a necessidade por alimentos. (CASTRO, 2003).

O termo fome nos remete a uma variedade de significados como o desejo de comer algo ou ainda, a fome aguda, a urgência momentânea de se alimentar; mas a 'fome' da qual esse trabalho se refere é fome crônica que ocorre quando a alimentação diária habitual do indivíduo não supre as demandas energéticas que seu organismo necessita para funcionar de forma salutar e para executar as atividades cotidianas. Desnutrição se refere ao aporte energético e/ou de nutrientes insuficientes ao organismo (MONTEIRO 2003).

Existem muitas formas de desnutrição, as quais envolvem deficiência de micronutrientes como iodo, vitamina A, ferro, cálcio, vitamina D, etc que são importantes para regular inúmeras funções fisiológicas essenciais. Cada tipo de desnutrição pode ocorrer por uma gama de fatores interligados que passam desde o acesso da família ao alimento ao acesso à água potável, saneamento básico, assistência de saúde, sobretudo para mulheres e crianças. A assistência à saúde da mulher e da criança inclui aconselhamento e acompanhamento nutricional. O

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Nutrição da UNEB e do Curso de Bacharelado em Psicologia da UFBA. E-mail: joiserego@yahoo.com.br. Orientadora: Roseli Rego Santos, Professora de Direito Comercial e de Informática Aplicada ao Direito da Faculdade de Ciência e Tecnologia, Pós-graduanda em Direito Empresarial pela Fundação Faculdade de Direito da UFBA e Advogada. E-mail: roselirego@yahoo.com.br.

atendimento nutricional para mulheres grávidas e, no período anterior e posterior à gravidez, nutrizes e crianças até um ano de idade é de fundamental importância para a manutenção da saúde, além de atuar de forma profilática contra uma série de morbidades que podem levar até à morte. Essas são uma das fases mais vulneráveis do indivíduo, do ponto de vista nutricional, pois são fases de formação e crescimento tecidual intenso, demandam de grande quantidade calórica e de nutrientes específicos, como cálcio, ferro e fósforo, os quais são imprescindíveis para a formação saudável do bebê.

Mulheres e crianças formam o grupo mais vulnerável aos problemas da desnutrição e da fome, especialmente crianças até três anos de idade, e mulheres no período anterior, durante e depois da gravidez. Mulheres grávidas desnutridas correm maior risco de ter complicações na gravidez que pode resultar na má-formação ou morte do feto, no nascimento de bebês prematuros e de baixo peso e morte da mãe.

DESIGUALDADE DE GÊNERO E DE RAÇA E A FOME

A fome está intimamente associada a desigualdades entre gênero, etnia e classe. Freitas (2003) mostra, a partir da origem da palavra fome, sua conotação com a desigualdade:

Derivada de **fame**, do latim, e essa de **famulus** – escravos e servos –, também do latim, (...). **Famulus**, mais tarde terá o mesmo significado que família, para distinguir o termo de gen ou tribo, da linhagem semita (MORGAN, 1985). Fome e família vinculam-se, na origem de suas expressões **fundantes**, à servidão, à escravidão e à pobreza. (FREITAS, 2000, p.9)

Josué de Castro, em seu estudo e caracterização da fome nas regiões de Brasil, classificou o Norte e o Nordeste (este ele separou em Sertão Nordestino e Nordeste Açucareiro) como áreas de fome nas quais há pelo menos metade da população apresentando manifestações nítidas de desnutrição, sejam elas permanentes (regiões endêmicas da fome) ou transitórias (regiões epidêmicas da fome). O Norte e o Nordeste são regiões endêmicas da fome (CASTRO, 2003, p.35-6). O Nordeste açucareiro representa o litoral nordestino de formação escravocrata, onde se localizam as cidades com maior contingente negro do país.

Em estudos sobre a desnutrição infantil, a região Nordeste apresentou os mais altos índices do Brasil nas décadas de 70 e 80. A média Nacional de desnutrição crônica na infância foi de 15,9% enquanto a nordestina foi de 28,1% (VIVACAVA, 1983, p.32-4). No ano de 2002, o índice de mortalidade infantil do Nordeste (41,4‰) é o dobro dos índices do Sul (17,9‰), Sudeste (20,2‰) e Centro-Oeste (20,4‰), e a região Norte apresenta este índice mais baixo que a do Nordeste (27,8‰) (IBGE, 2000,2002).

Negritude e feminização da pobreza

A Região Metropolitana de Salvador é a que contém maior proporção de população negra e parda declarada (22,8% negras e 57,15% pardas, contra 19% de pessoas brancas). Ainda assim a população branca é a que tem maior nível de escolaridade (30,7% da população branca metropolitana tem nível superior, contra 24,3% que têm apenas ensino fundamental, enquanto, entre a população preta e parda, apenas 7% têm nível superior contra 44,8% que só fizeram o ensino fundamental. O rendimento médio e anos de estudo médio da população branca na região metropolitana de Salvador é de 7,2 salários mínimos e 10,3 anos respectivamente,

enquanto a média de anos de estudo da população preta e parda respectivamente é de 7,3 e 7,7 com rendimento médio de 2,2 e 2,7 salários mínimos respectivamente (IBGE,2002).

No campo do trabalho, a função da mulher tende a se assemelhar à do homem, entretanto, a remuneração da força de trabalho feminina não atinge, na mesma proporção, a remuneração da força de trabalho masculina, como os dados do IBGE elucidados no tópico anterior constataram. Em um mesmo cargo de trabalho, os salários destinados a homens e mulheres são diferentes e o acesso da mulher a determinados postos de trabalho, como os de chefia, por exemplo, ainda é tímido. Essa desigualdade se acentua ainda mais se compararmos mulheres brancas e negras; a porcentagem de empregadoras negras é de 0,7% enquanto a de empregadoras brancas é de 80,1% (IBGE, 2000).

Ao comparar as variáveis sexo e cor, fica evidente que as populações negra e parda femininas são as mais desfavorecidas. O rendimento de mulheres pardas e negras é mais baixo que o de homens pardos e negros e mulheres e homens brancos. A média de rendimento nacional de homens e mulheres brancos e homens e mulheres negros e pardos respectivamente é de R\$ 934,40; R\$ 663,30; R\$ 458,90; R\$ 325,40. O menor rendimento médio do país é das mulheres pardas e negras nordestinas: R\$ 251,20 (IBGE, 2002).

As regiões mais pobres do País (Nordeste e Norte) são as que têm maior proporção de famílias com chefia feminina e também são as regiões onde a mulher ganha menos e tem menor nível de escolaridade e onde a assistência à saúde é mais precária. Todos esses dados revelam a feminização e a negritude da pobreza e da fome. Dentro de um grupo de expropriados dos bens produzidos pela sociedade – entre eles a alimentação – há um sub-grupo de mulheres negras que estão em condições de vulnerabilidade social ainda maior. Essa situação se agrava ao levar em conta o crescente número de mulheres que são responsáveis pelo sustento da família. Estas famílias, por todos os fatores explanados acima, estão expostas a um risco maior de fome.

POBREZA DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHER

No Brasil colonial, o modelo familiar patriarcal era o único aceito como família, apesar de existirem outros modelos e arranjos familiares. A partir do século XVII, com a descoberta das minas de ouro e deslocamento de grandes contingentes para o centro do país, surge um número crescente de mulheres chefes de família que exerciam atividades econômicas fora do âmbito doméstico. (SAMARA, 2002).

No século XVIII, nas áreas mais pobres do Sul, e no século XIX, com o crescente desenvolvimento do meio urbano e nascimento da economia mercantil, a conformação social sofre grandes modificações, cedendo espaço para o aumento de novos modelos familiares ao lado do hegemônico modelo patriarcal inerente ao grupo dominante escravocrata. As famílias de mais baixo extrato social eram as que tinham maior porcentagem de chefias femininas, a exemplo de Vila Rica, em Minas Gerais, 1804, que tinha 45% dos domicílios chefiados por mulheres e de Santiago Maior do Iguape, na Bahia, em 1835, que tinha 65% das famílias chefiadas por mulheres pertencentes à classe mais baixa e trabalhavam, contra 11,9% de classes médias que tinham emprego ou comércio próprio e 1,3% de classe alta. (idem, 2002).

Hita (2004) aponta que as famílias negras de caráter matriarcal foram classificadas por vários autores como instáveis, sem autonomia, promíscuas e ilegítimas, isso porque elas eram sempre observadas sob a ótica do modelo patriarcal hegemônico branco. Ela também defende que o modelo matriarcal extenso pode ter se dado a partir de uma matriz cultural afro-americana fundada na instabilidade conjugal associada à importância da mulher na economia e nas relações de parentesco. (HITA, 2004).

Esses estudos ratificam a existência de diferentes arranjos familiares no Brasil, ao longo do tempo, entre eles as famílias chefiadas por mulheres. Pesquisas demográficas recentes demonstram que é crescente o número de famílias chefiadas por mulheres.

No Brasil, a maior proporção de domicílios chefiados por mulheres está no meio urbano, sendo que a região Nordeste rural é onde se encontram os maiores números absolutos de famílias chefiadas por mulher em relação às áreas rurais das outras grandes regiões do Brasil. 91,4% das famílias chefiadas por mulheres do Brasil se encontram no meio urbano e o restante no meio rural. Na região Nordeste, essa proporção vai para 83,2 no meio urbano contra 16,8 no meio rural. Em Salvador, a porcentagem de famílias chefiadas por mulheres aumentou de 26,2%; em 1991, para 37,5%; em 2000 - uma das proporções mais altas do país. O Nordeste é a região que tem maior proporção de famílias chefiadas por mulheres do país, 25,95% (IBGE, 2000).

O rendimento nominal mensal das mulheres responsáveis pelos domicílios da região Nordeste é o menor do país, seguido da Região Norte, Sul e Centro-Oeste e Sudeste. A média do rendimento nominal mensal para essas mulheres no país é de R\$ 591,00, enquanto no Nordeste é de R\$ 376,00 e o rendimento mediano do país é de R\$ 276,00 e do Nordeste é de R\$ 151,00 (IBGE, 2000). Esses dados nos provam mais uma vez a desigualdade regional existente no Brasil, recaindo sobre as mulheres.

O percentual de mulheres chefes de família é maior entre o grupo que tem número menor de anos de estudo; a porcentagem de mulheres responsáveis pelos domicílios é inversamente proporcional ao número de anos de estudo destas. Na região Nordeste a proporção de mulheres sem ou com até um ano de instrução, responsáveis pelos domicílios, é a maior do Brasil (31,7%). Essa proporção reduz significativamente à medida que os anos de instrução aumentam. A região Nordeste é a que tem o segundo menor percentual de mulheres que têm maior nível de instrução (15 ou mais anos de estudo) e que são responsáveis pelos domicílios (4,4% do total de mulheres chefes de domicílio do Nordeste), sendo a região Norte a que tem menor proporção das mulheres nessa situação (4%) (IBGE, 2000).

Esses dados podem ser interpretados, levando em consideração o tempo disponível para estudo, o qual para a mulher que é responsável por um domicílio é reduzido, em função do tempo gasto no trabalho para a manutenção do lar. O fato de a hora do trabalho feminino ser menos remunerado que o do homem faz com que elas trabalhem mais para conseguir um rendimento capaz de suprir as necessidades de um domicílio.

O baixo nível de escolaridade da mãe é um fator que interfere na qualidade de vida e saúde da família, principalmente dos filhos. A taxa de mortalidade na infância (até 5 anos de idade) tem se mostrado maior entre as crianças filhas de mães com menor nível de instrução. No Nordeste, a mortalidade na infância apresenta o maior número do país (50,1‰) e entre os filhos de mulheres com até três anos de estudo o índice sobe para 70,3‰.

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

É relevante nesse trabalho diferenciar dois tipos de famílias com chefias femininas. As extensas de caráter matriarcal, com chefias idosas e as compostas por mães solteiras ou separadas em arranjos familiares não extensos.

Nas famílias matriarcais extensas, caracterizadas por Hita (2004), a mulher matriarca tem poder e prestígio reconhecido dentro e fora de casa, pela sua função na casa e na comunidade e por suas atividades serem imprescindíveis para a sobrevivência grupal; por terem posses, geralmente a propriedade da casa conquistada ao longo da vida – casa que ela geralmente cede partes para os integrantes da extensa família ainda em vida –; geralmente com fonte de renda

estável proveniente do próprio trabalho e/ou de pensões, grupo onde há presença de homens adultos, geralmente filhos, genros e outros.

O outro grupo de famílias chefiadas por mulheres caracterizada por esta pesquisa de famílias não extensas de baixa renda, onde a mulher aparece como única responsável pelo sustento da família, geralmente não tem filhos adultos trabalhando (estes são mais jovens). Sugere-se que mães desse grupo de família tenham o prestígio das outras mulheres na comunidade, mas esta é cúmplice de sua situação; suas atividades são imprescindíveis para a sobrevivência dos integrantes da família, geralmente filhos crianças e adolescentes. Este grupo certamente é mais instável economicamente e mais expostos à violência, desemprego e fome.

Freitas (2000) descreve a situação de mulheres que são as únicas responsáveis pelo sustento de seus filhos em um bairro carente de Salvador. Tais mulheres têm em média quarenta anos de idade, preferem viver sozinhas longe das agressões do marido e, com a cumplicidade da comunidade, elas trabalham e cumprem uma dupla jornada de trabalho dentro e fora de casa. Os relatos de suas entrevistadas mostram que essas mulheres sofrem agressões de policiais que invadem as suas casas, algumas caem em desespero e na mendigação por não conseguir sustentar seus filhos.

Os pontos em comum entre esses dois tipos de famílias chefiadas por mulheres está na importância do papel da mulher no suprimento e manutenção da família, ambas são de baixa renda, no entanto as de caráter matriarcal extenso, por estarem em um momento mais amadurecido e estável, assumem maior prestígio dentro do contexto de pobreza da comunidade à qual ela pertence.

CONCLUSÃO

Fome e pobreza estão arraigados como conseqüências de um sistema de exclusão social, cuja abrangência atinge níveis alarmantes. A função da mulher chefe de família de 'sustentar' seus dependentes se traduz em suprir necessidades materiais, dentro das quais a alimentação é de relevância fundamental para a manutenção e reprodução do indivíduo. A mulher responsável pelo sustento da família, inserida em um contexto de restrições, parece sofrer mais intensamente as repercussões negativas da pobreza.

REFERÊNCIAS

CASTRO, J de **Geografia da Fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREITAS, M. do C. S. **Significados da Fome: um estudo etnogáfico em um bairro popular de Salvador**, Salvador, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA, 2000.

HITA-DUSSEL, M.G. **A Casa das Mães sem Terreiro: etnografia de modelo familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador**, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2004.

MONTEIRO, C. A. **A Dimensão da Pobreza, da Desnutrição e da Fome no Brasil**, São Paulo: ISSN, 2003.

SAMARA, E. de M. **O que mudou na Família Brasileira?(da colônia à atualidade)**, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2002.

VIACAVA, F & cols. **A desnutrição no Brasil**, RJ . Vozes , 1983.

IBGE, Censo Demográfico, 2000.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2002.